

Junho, e a juventude negra?

As manifestações que sacudiram São Paulo em junho de 2013 foram somente o estopim para o início do protagonismo de uma juventude que não se sente totalmente representada pelos partidos. Os jovens estão (re)inventando outras maneiras de fazer política que não passam necessariamente pelo atual sistema político, mas que enxergam a rua como terreno de luta e criação. O artigo problematiza a questão do jovem negro, que ainda sofre com os resquícios de racismo e autoritarismo do passado apesar dos recentes avanços sociais. Embora a ditadura militar tenha terminado há quase 30 anos, ela deixou um filhote, a Polícia Militar, que continua criminalizando, encarcerando e matando a juventude negra.

**JÉSSICA CERQUEIRA /
THAMYRA THAMARA**

No começo das manifestações, todo mundo ficava se questionando e tentando entender: quem eram? Quem estava por trás dos movimentos? Quem estava na rua? O que queriam? Qual era a faixa etária, a classe, a cor, as reivindicações? E ainda hoje tem quem queira colocar em um só formato um movimento tão múltiplo e diverso como esse. Porém, o que ninguém imaginava ver era uma juventude pobre e negra nas ruas, articulada, buscando fazer política em outros formatos. Talvez por pensar que manifesto é coisa de classe média e ato simbólico e artístico é coisa de burguês. Pobre trabalha e trabalha muito.

Jéssica Cerqueira: formada em turismo, é produtora cultural, ativista no movimento negro e periférico, e integra a UneAFRO Brasil e a Afroeducação.

Thamyra Thamara: jornalista. E mestranda em Cultura e Territorialidade pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e integrante do coletivo Ocupa Alemão.

Palavras-chave: juventude negra, protestos de junho, violência, Polícia Militar (PM), Brasil.

Junho, o levante que acendeu São Paulo pela redução da tarifa de ônibus em 20 centavos, foi apenas um estopim de todo o início do protagonismo de uma juventude que não se sente totalmente representada por partidos políticos e que está (re)inventando outros formatos de fazer política que não passam necessariamente pelo atual sistema político, mas que enxergam a rua como terreno de luta e criação. A juventude que nos últimos anos conseguiu avançar nos estudos, enquanto a distribuição de renda aumentou e a consciência política cresceu juntamente a ela. Chegou a hora de questionar. E onde o jovem negro está?

■ O movimento negro e outros formatos do fazer política

A juventude negra do Brasil passa por um processo de apropriação de ferramentas, meios de luta e reivindicações. E, em junho, esteve presente nas ruas; ainda que em números pequenos, mas estivemos. Onde as pautas políticas

A juventude negra do Brasil passa por um processo de apropriação de ferramentas, meios de luta e reivindicações. E, em junho, esteve presente nas ruas; ainda que em números pequenos, mas estivemos ■

nunca passam pela vertente étnico-racial, naturalizando sempre a questão de raça que é explícita nas periferias, onde a polícia pode utilizar de seu posto para massacrar uma população sem recursos e vítima do racismo institucional e que a própria luta de classes não trabalha sua especificidade.

A forma de fazer política entre as gerações tem se alterado, e um dos grandes fatores determinantes são os novos meios de comunicação, que facilitaram a chega-

da das informações às pontas periféricas onde a juventude negra está. A informação das manifestações se espalhou por todo o país de maneira rápida, com a expansão das redes sociais onde a mídia pode ser qualquer um e que ajudou a desconstruir as teses e mentiras que a grande mídia propagou pelo país.

13 de junho (quinta-feira): Passe livre, dia de maior violência policial contra os manifestantes. 17 de junho (segunda-feira): A manifestação do um milhão com a ocupação do Congresso Nacional. Foram quatro dias de mobilização via redes sociais, organização de ações e angústias do que estava por vir. Neste momento tivemos consciência de que jovens negras, moradoras de periferia, não teriam acesso a esses dados em 1964, assim como as jovens negras daquela época não tiveram. As informações que chegaram nas pontas foram

as responsáveis por levar a periferia para o centro, periferia essa que teve acesso a Karl Marx após junho, se reconheceu como integrante das práticas políticas nas situações de risco, mas um risco em que as chances de morte são menores que na rua de sua casa. A pequena parcela da juventude negra que estava presente nas ruas nos leva ao questionamento do porquê de existir essa diferença nos espaços de disputa e reivindicações, sendo que pelo menos 51% da população é negra. A resposta está no processo de educação pública que exclui o negro de seu currículo, da supervalorização eurocêntrica na qual a política é coisa de «bacana». Também na necessidade de se manter vivo dentro do sistema que corrói a fase de produção e criatividade do jovem no mercado de trabalho e através do processo genocida que todo jovem negro/a que cresceu em periferias passa, pois todos têm um amigo, irmão, parente e conhecido que foi assassinado.

A ditadura militar no Brasil terminou em 1985 e nos deixou um filhote, a Polícia Militar (PM), e após esses 29 anos, a PM continua utilizando seus mesmos métodos com a juventude negra, nos encarcerando, criminalizando e matando. O encarceramento em massa no Brasil continua, infelizmente, sendo baseado no pensador racista Cesare Lombroso (1835-1909), que é tido como um dos principais teóricos da antropologia criminal. Sus estudos durante o século XIX, época de grandes revoltas de pessoas escravizadas, sinalizavam que o criminoso tinha uma cor de pele e endereço, e esses eram os negros e negras pobres. Um estudo com a intenção de manter a supremacia branca. E a ditadura que existe hoje para a população negra e pobre? Um meio de manter a burguesia branca longe das revoltas populares? A luta de classes não deveria tratar a questão racial (já que o racismo é mais um produto econômico do capital)?

A questão racial como política pública surge nos anos 2000 durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), levando as raízes do movimento negro a permear as instituições de governo, pois aquele foi um momento histórico de conquista do povo negro. Porém, com o passar dos anos, novas gerações cresceram, dentro das políticas sociais e da era da informação na qual a velocidade e os questionamentos são outros. A construção do movimento negro mais antigo indica caminhos para trilhar e também novas situações de racismo a serem combatidas, já que a democracia racial é um mito que está caindo aos poucos e precisa de atitudes diárias de ações afirmativas para se colocar como negro brasileiro. Parte do movimento negro dentro dos órgãos de governo e fora deles não compreendeu junho como revolta popular. Tampouco compreendeu que lá também estavam os seus jovens. Estes contestavam seu lugar dentro do processo político, pois

os anos de avanço com os projetos sociais forneceram condições para ocupar e também exigir que parem de matar os irmãos e irmãs como mataram nos últimos 12 anos. Com a interpretação de serem contra o governo federal atual, a comunicação entre gerações não aconteceu; éramos a juventude negra em movimento.

■ Juventude negra em movimento

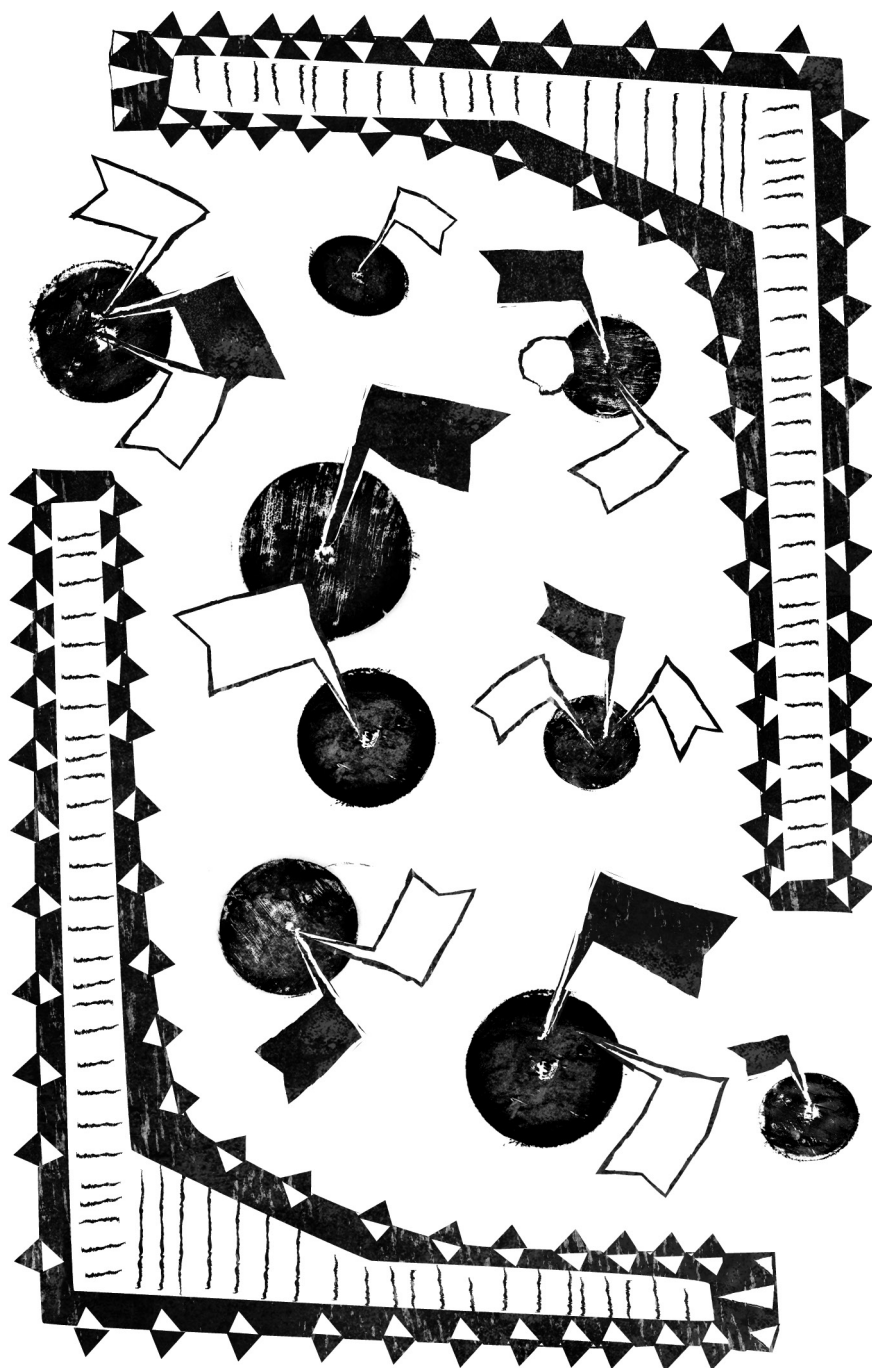
Em 2012, 416 cariocas morreram em decorrência de ações da polícia fluminense. Grande parte dessas mortes aconteceu nas incursões policiais realizadas nas favelas, espaços estigmatizados como marginais e produtores de violência pela grande mídia e o Estado, estereótipo esse que serve para justificar qualquer tipo de ação violenta das forças de segurança pública. Em fevereiro de 2013, esses dados foram lançados pela Campanha Juventude Marcada para Viver no Rio de Janeiro, realizada por jovens negros moradores de favelas e estudantes da Escola Popular de Comunicação Crítica do Observatório de Favelas. Segundo a pesquisa, o risco de um jovem negro ser morto pela polícia é quatro vezes superior ao de um jovem branco. A participação desproporcional da população negra entre as vítimas da violência letal no Brasil e sua expressiva presença no sistema prisional deve-se também ao fato de a população negra ser o principal alvo de integrantes das forças policiais, que têm suas raízes históricas na colonização e na escravidão.

Rodnei Jericó da Silva e Suelaine Carneiro afirmam que

[os] negros são os mais vulneráveis à violência, particularmente a letal, mas a desvalorização de sua vida é um fato sobre o qual pouco ou nada se discute. A preponderância de negros nas taxas de homicídios e a perda de vida de jovens negros em fase criativa, produtiva e reprodutiva não têm recebido o devido destaque na discussão sobre a mortalidade juvenil brasileira. Tal indiferença reafirma a situação de marginalidade, pobreza e opressão a que está submetida esta parcela da população. Um grande contingente humano que integra o grupo dos que se encontram tradicionalmente sem acesso aos bens e serviços disponíveis na sociedade, estando irremediavelmente exposto à violência.¹

Durante a Campanha Juventude Marcada para Viver, várias intervenções foram organizadas pela cidade do Rio de Janeiro visando chamar atenção para

1. R.J. da Silva e S. Carneiro: *Violência racial: uma leitura sobre os dados de homicídios no Brasil*, Geledés Instituto da Mulher Negra / Global Rights Partners for Justice, São Paulo, 2009, disponível em <www.globalrights.org/sites/default/files/docs/Violencia_Racial_2009_in_Portuguese.pdf>.



os números alarmantes que mostravam que, a cada ano, cerca de 50.000 pessoas são assassinadas em nosso país. O Brasil passou de ter 13.910 registros de homicídios em 1980 para 52.198 em 2011, o que equivale a 143 mortes por dia². Nesse contexto, cabe destacar o aumento brutal, nos últimos 30 anos, dos homicídios de adolescentes e jovens e, em especial, da juventude negra. A maior concentração de mortes por homicídio se dá na faixa de 15 a 29 anos, atingindo prioritariamente jovens negros do sexo masculino, moradores de favelas e periferias. Em março de 2013, o Largo da Carioca, no Centro do Rio, amanheceu pintado com silhuetas de corpos, como fazem os legistas no local do crime: uma ação em protesto contra as mortes de jovens, em sua maioria negros, organizado por mais de 200 jovens e parceiros da Campanha.

A maioria dessas mortes acontece nas incursões policiais realizadas nas favelas e periferias do Brasil. Isso porque existe uma estratégia essencialmente militarizada no enfrentamento dos grupos criminosos que disputam o domínio desses territórios ocasionando essas mortes. As favelas se constituem como espaços historicamente estigmatizados a partir de uma visão que criminaliza seus moradores – e, em especial, os jovens – e acaba por servir como justificativa para um tipo de ação violenta das forças de segurança pública. Essa visão produz uma abordagem diferenciada dos moradores dos espaços populares, em relação a moradores de outras partes da cidade.

No Rio de Janeiro, a juventude de favela foi às ruas também contra as remoções em função dos megaeventos – Copa e Olimpíadas – numa cidade que é organizada para os negócios e não para o bem-estar de seus moradores. No Complexo do Alemão, a construção do teleférico (elefante branco), projeto do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal, abalou o firmamento das casas que estavam ao seu redor, que desabaram com as chuvas de 2013. O teleférico chegou, mas o saneamento básico não, prioridade única apontada pelos moradores. Fica então a pergunta: por que o teleférico foi construído? A Favela da Rocinha, na iminência de receber um teleférico, desceu para o asfalto e disse que não o queria. Resultado: até hoje o teleférico não foi construído. Já na Santa Marta, a primeira favela a receber o elefante, o teleférico sem manutenção está hoje parado.

Entre os dias 13 e 14 de julho de 2013, uma operação batizada de «Paz Armada» mobilizou 300 policiais na Rocinha e prendeu suspeitos sem passagem pela polícia, logo depois de um arrastão ocorrido nas proximidades da fave-

2. *Mapa da Violência 2013*, <www.mapadaviolencia.org.br/>.

la. Na época, 30 pessoas foram presas, entre elas Amarildo Dias de Souza, ajudante de pedreiro. Amarildo morava com a mulher e os seis filhos, num barraco de um cômodo no alto da favela da Rocinha. Ele havia acabado de voltar de uma pescaria e foi detido e conduzido por policiais militares da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) e desde então nunca mais sua família o viu. O desaparecimento do morador da Rocinha, Amarildo, junto com a pressão dos familiares para solucionar o caso, articulado com as manifestações de rua que estavam em curso no Rio de Janeiro e no Brasil, acabou culminando com a Campanha Nacional «Cadê o Amarildo?» e trouxe à sociedade mais uma vez a lembrança dos desaparecidos durante a ditadura militar no Brasil e os questionamentos de como, num regime democrático, a polícia continua atuando da mesma forma.

Por meio das redes sociais, #cadeoamarildo virou meme no Brasil e no mundo e se materializou em cartazes e faixas pelas ruas da metrópole e até nas ruas do mundo. A pressão popular e a visibilidade que o caso teve na mídia internacional acabaram trazendo a solução do caso e a prisão dos policiais envolvidos na morte de Amarildo. Porém, o corpo até hoje não foi encontrado, como os de outros tantos na favela e durante a ditadura militar. Entretanto, é preciso pensar a polícia para além dela mesma. Qual é a cor dos corpos alvejados pelo gatilho policial? Onde eles moram, em sua maioria?

■ A PM no Brasil

As manifestações populares que dominaram a cena política do país desde o mês de junho e a atuação violenta e desproporcional dos agentes de segurança nesses eventos – ações estas desenvolvidas em geral pela PM – trouxeram à tona uma discussão antiga acerca da necessidade de uma reforma profunda das polícias e de uma reestruturação da arquitetura institucional no campo da segurança pública no Brasil. Englobando reivindicações e propostas que vão desde a desmilitarização e a unificação das polícias até o fortalecimento dos mecanismos de controle externo das ações das forças de segurança pública, o debate que tomou as ruas, grandes veículos de comunicação e as redes sociais nos dão um indício do importante caminho a ser percorrido até que essa reforma seja efetivamente desenvolvida.

As manifestações e a atuação violenta e desproporcional dos agentes de segurança trouxeram à tona uma discussão acerca de uma reforma das polícias ■

Durante o estopim das manifestações, uma operação policial desastrosa aconteceu no conjunto de favelas da Maré resultando na morte de dez pessoas: nove moradores e um sargento do Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (BOPÉ). Essa operação, marcada pela lógica do confronto, mobilizou atores, coletivos e instituições organizadas no Complexo da Maré a organizar um protocolo que tinha um caráter de normatizar a ação policial nessas localidades a fim de garantir a universalidade da garantia do direito à segurança e a valorização da vida.

Considerando a valorização da vida humana e a garantia dos direitos do cidadão no Estado do Rio de Janeiro no que concerne às ações policiais em favelas, preconiza-se que:

- 1) A intervenção dos agentes de segurança pública deverá priorizar ações de inteligência e de controle do uso de armas e munições para desarticular a presença das redes criminosas armadas nos territórios populares fluminenses;
- 2) A ação dos agentes de segurança pública deverá obedecer aos princípios da legalidade e da preservação da vida dos moradores das favelas e dos agentes do Estado, sendo obrigatórios a identificação dos policiais em qualquer ação e o uso de mandados judiciais individuais para o ingresso em domicílios particulares;
- 3) Os órgãos de segurança pública deverão editar atos normativos disciplinando o uso da força por seus agentes e definindo objetivamente a regulação ou, no limite, a proibição do uso de equipamentos, armas e munições que provoquem risco injustificado, inclusive quando se tratar do uso de equipamentos e técnicas não letais;
- 4) O uso de armas de fogo a partir de helicópteros policiais deverá ser proibido;
- 5) A formação dos agentes de segurança pública deverá incorporar conteúdo sobre as relações raciais e geracionais visando eliminar práticas de discriminação nas abordagens policiais.

O não cumprimento do presente Protocolo implicará em medidas judiciais e institucionais de responsabilização do Governador do Estado do Rio de Janeiro e do Secretário de Segurança Pública.

**Em São Paulo, as mortes
são veladas e abafadas nas
periferias, e um dos grandes
motivos é a localização
geográfica das favelas ■**

Essa história se repete em vários pontos do país. Em São Paulo, as mortes são veladas e abafadas nas periferias, situação recorrente e com pouca visibilidade, e um dos grandes motivos é a localização geográfica das favelas, já que essas ocupações cresceram em torno de áreas com empreendimentos comerciais e industriais. É justamente onde o ostensivo da PM está para proteger o capital utilizando-se de abordagens discriminatórias e irresponsáveis que são silenciadas pela necessidade daqueles que ali detêm al-

gum poder econômico, necessárias para manter seu negócio funcionando sem se importar com quantos corpos pretos serão pisados para tal feito.

Um dos casos que merecem destaque é o da morte do jovem Douglas, de 17 anos, assassinado com um tiro no tórax por um policial militar durante uma abordagem para averiguação por conta de som alto na zona norte de São Paulo. Essa tragédia se tornou um dos pontos centrais da discussão que cerca a atuação da PM em locais onde é grande a concentração da população preta e pobre. A principal função da polícia é de proteção ao patrimônio e apresenta diferenças em relação às abordagens ao jovem branco e em bairros considerados mais nobres. Douglas, ao receber o tiro, questionou o policial que apertou o gatilho: «Por que o senhor atirou em mim?», questionamento esse que virou o nome de uma campanha que se iniciou no mesmo dia de seu assassinato. Familiares, amigos e moradores do bairro revoltados fizeram um protesto que terminou com três ônibus queimados e, dessa forma, não houve mais uma vez o silenciamento rotineiro, pois as mídias chegaram ao local, dando visibilidade ao caso.

«Por que o senhor atirou em mim?» se tornou o mote de questionamento sobre a polícia, que segue orientações para a escolha de seus suspeitos, colocando em discussão a militarização da corporação. Este mote mobilizou a periferia da zona norte sob o sentimento de indignação e levou o debate para a região central de São Paulo, debate que foi facilitado pela sensibilização trazida pelas manifestações de junho. Quando a polícia chega ao centro com sua truculência diária de periferia, cega fotógrafos, fere jornalistas e leva centenas de presos a cada dia, é neste momento que a pauta das periferias, pobres e preto/as chega ao discurso da classe média, com o questionamento da democracia racial e sobre até que ponto a ditadura militar ainda não deixou de ser passado.

O Brasil passa por um processo genocida não declarado. A maioria das mortes está entre jovens negros/as de 15 a 29 anos, como citado nos parágrafos acima. É uma parte da juventude negra que se perde para as balas do Estado e para o sistema de manutenção do capital com a subjugação dos jovens negros, meios de acesso ao emprego e ao estudo dificultados, estrutura familiar em desequilíbrio por conta do processo histórico de exclusão e abuso da mulher negra, além da perseguição religiosa que tem se intensificado nos últimos meses.

Qual é a mão que aperta o gatilho da polícia antes mesmo de ela apertar? Qual é a mão que arma a PM? Qual é a mão que diz sim para tudo isso? Questiona-

mento esse que deve ser respondido pelos fatos históricos que construíram a sociedade mundial e, nesse caso, a brasileira. A mão da sociedade e da grande mídia legitima cada morte, cada incursão policial nas favelas e periferias do Brasil. O imaginário criado da favela como um lugar perigoso, cheio de marginal, gente ignorante e carente ainda permeia o pensamento da maioria da população. Imaginário esse que é cotidianamente (re)construído e reforçado toda vez que ligamos a tv, servindo para reforçar e legitimar cada operação policial (sem inteligência nenhuma e com muitas mortes), cada política de remoção, cada projeto de segregação das camadas populares.

É preciso pensar a polícia para além da polícia! A polícia do Brasil mata muito, mas antes de ela apertar o gatilho os pobres e pretos já estão morrendo nas filas dos hospitais, nas ruas da cidade, no desemprego, na fome. Pensar a polícia para além dela mesma é pensar a entrada de drogas e armas nas fronteiras do Brasil e como elas chegam nas periferias, é pensar a legalização sim, mas é muito mais que isso. Não adianta só pensar o fim da PM sem pensar em como desconstruir o racismo estruturante da sociedade brasileira. Junho levantou a bandeira da luta por direitos da sociedade civil, mas, além disso, levantou a cortina do Estado opressor que tem apenas um alvo, o pobre, o negro e a negra que no pensamento comum deve se ater ao seu lugar, ao que restou na sociedade.

A polícia que bate no asfalto é a mesma que bate na favela, mas sua truculência e sua força são de diferentes medidas em cada ponto. Na favela, a bala continua sendo de aço com intuito de matar; no asfalto, a borracha para marcar. Comprovamos isso em junho.

Os avanços econômicos e sociais nos levaram para uma posição onde os questionamentos se tornaram possíveis. O pensar sobre as questões de políticas públicas, representatividade, cultura, educação e saúde para e com a população negra se torna a base para qualquer intervenção de debates e exigências para com o governo instituído. O lugar que ocupamos hoje ainda é pequeno e irrisório, por esse motivo ainda queremos mais, o que é nosso por direito e a juventude negra adota a disputa de pautas, assumindo o seu protagonismo e reivindicando as reparações necessárias para uma sociedade mais justa e igualitária.

Quanto mais se tem democracia, mais democracia se quer. ☐